

História do DETRAN/RJ

A construção da esplêndida Avenida Central, na cidade do Rio de Janeiro, foi o sinal mais evidente de que o Brasil estava de fato entrando no século XX. O ano era o de 1905. Pelo amplo bulevar de 2 km de comprimento e 33 metros de largura circulavam os automóveis que, naquele momento, davam ao país ares de progresso, riqueza e modernidade. E, aos otimistas, a certeza de que os problemas de tráfego de gente e veículos estavam solucionados até o fim dos tempos. Já os pessimistas... Bem, esses achavam que, se a cidade continuasse crescendo no mesmo ritmo, em breve esse bulevar seria um verdadeiro inferno, impossível de ser atravessado com tranquilidade... E eles tinham razão!

Até então, as vias de mais movimento eram a Avenida do Mangue e a Rua Senador Euzébio, hoje, respectivamente, Francisco Bicalho e Presidente Vargas. Naquela época, ninguém dirigia a mais de 20 km por hora; não havia congestionamento de trânsito mas, em compensação, o número de veículos não chegava a 1% do que é hoje, quando a frota no estado totalizava 3.742.489 veículos. E os congestionamentos já são rotina na vida de qualquer cidadão e - sem querer nos juntar ao bloco dos pessimistas - não há guarda de trânsito que dê jeito.

Pelas ruas da cidade crescia o número de veículos que precisavam de registros e seus condutores, de habilitação. Até 1924, o controle de toda a frota ficava por conta da Inspectoria de Veículos, subordinada ao Departamento de Polícia. Mas o crescimento da cidade exigia mudanças. Surgiu, então, a Inspectoria de Tráfego, responsável por todo e qualquer veículo que circulasse pelo Rio de Janeiro, até mesmo bicicletas, que precisavam de licenças de emplacamento como qualquer outro veículo. Essas licenças eram pagas ao Departamento de Rendas e Licenças da Prefeitura do Distrito Federal, uma vez que a capital do país era sediada no Rio de Janeiro até o início da década de 60.

Subordinada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, a Delegacia de Trânsito Público, antecessora do atual Detran, só surgiria décadas depois, com a criação do Código Nacional do Trânsito, em 1966.

O recém-criado Departamento de Trânsito (Detran) era composto pelas divisões de emplacamento, fiscalização, administração e habilitação. Todo o trabalho burocrático-administrativo ficou centralizado na sede da Praça Tiradentes, onde funcionavam a administração e a área de habilitação. Atualmente, este prédio é tombado pelo patrimônio histórico. O emplacamento dos veículos era feito na Avenida Francisco Bicalho, nº 250, em São Cristóvão.

Na época, o Detran tinha 600 empregados, sendo trinta por cento deles mulheres, responsáveis pelos serviços de datilografia e de escritório. Completavam o quadro policiais, subordinados à Secretaria de Segurança.

Alguns dos primeiros funcionários do Detran vieram da Panair do Brasil, empresa aérea que teve sua falência decretada em 1964. O então governador, Carlos Lacerda, abriu as portas aos empregados demitidos da Panair por serem mão de obra especializada e selecionada, o que garantiria o bom andamento do serviço sem custos com seleção e treinamento de pessoal.

Nas ruas, o Detran era representado pela Guarda Civil, cujos policiais usavam farda verde e circulavam pela cidade de moto, fiscalizando e multando os infratores. Eles não tinham qualquer vínculo com a Polícia Militar.

O processo manual marca a história do Detran: as informações eram arquivadas em fichas. Nelas, se lançavam as alterações e os registros tanto na parte de habilitação quanto na de veículos.

Durante muito tempo, as informações de motoristas e de automóveis foram registradas e arquivadas em fichas pelo Detran. Para ter acesso às regularizações ou ao pagamento de multas, o usuário dava entrada no processo, que era analisado e, posteriormente, datilografado.

O processo para a admissão do motorista era o mesmo do de hoje. Antes de fazer a prova teórica e, depois, a prática, o cidadão prestava exames médico e psicológico. Já as multas

eram aplicadas pelos guardas civis, que faziam os registros da infração e as enviavam à sede do Detran, onde eram arquivadas e, posteriormente, lançadas em fichas.

Na medida em que o proprietário regularizava sua situação, a multa era retirada das fichas. A quantidade de infrações era proporcionalmente bem que menor do que as de hoje. Não chegava nem a uma multa por veículo. A integração do Detran com a Polícia Rodoviária também não existia.

O controle dos veículos era feito, primeiramente, pela placa e, depois, pelo número do motor. Com a criação do Renavam e da Taxa Rodoviária Única, o controle passou a ser feito pelo número do chassi.

Desde agosto de 1999, o Detran é responsável pelo serviço de Identificação Civil e pelo fornecimento das carteiras de identidade aos cidadãos do estado do Rio de Janeiro, atividades antes a cargo do Instituto Félix Pacheco e transferidas para a autarquia por força do decreto 22.930-A.

Embora tenha ampliado seus horizontes nesses últimos anos, o Detran não perdeu de vista uma das suas mais importantes tarefas: a área de habilitação. Além de selecionar e aprovar os candidatos à motorista aptos a dirigir e emitir documentos, o órgão ainda administra vários modelos diferentes de carteiras de habilitação para poder atender às exigências das mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos. Para o controle e análise do arquivo de todos os processos de habilitação, a Diretoria de Habilitação do Detran-RJ possui um arquivo geral para instruir, complementar informações, recorrendo à pesquisa em antigas fichas de motoristas, livros de atas, microfilmes e até CDs-ROM.

Toda a vida dos veículos é acompanhada pelo Detran: sua produção na fábrica, o momento em que ele chega ao consumidor, seu registro no banco de dados do órgão e, conseqüentemente, no sistema do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Para manter esse controle, a Diretoria de Registro de Veículos (DRV) se encarrega da emissão do primeiro documento do veículo e também de todas as outras fases importantes ao longo de sua utilização, como o licenciamento anual e a transferência de propriedade, por exemplo.

O Sistema de Registro e de Licenciamento de Veículos, sob a responsabilidade da DRV, é um dos mais avançados do país, com quase toda a frota já identificada por placas de três letras, e, portanto, integrada ao Sistema Renavam. Além disso, a vistoria realizada nos postos de serviço não fica nada a dever aos de outros países desenvolvidos, como a Espanha, destacando-se apenas pela utilização de equipamentos mais sofisticados.

A DRV é responsável, ainda, pelo Sistema de Automação de Infrações de Trânsito (Sait)- um dos mais modernos do país -, que permite ao usuário consultar todos os seus débitos em qualquer agência do banco arrecadador, dando ao usuário a opção de pagamento imediato, sem a necessidade de recorrer ao Departamento de Trânsito.

Todos os dias novos veículos e motoristas são inseridos no cadastro do Detran-RJ. As estradas e vias públicas representam muito mais do que os 2 km da Avenida Central.